



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4000114-65.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
 Requerente: **Ana Paula Frederico**
 Requerido: **TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO SA TELESP e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que em fevereiro de 2009 solicitou às rés que lhe transferissem uma linha telefônica pertencente a outra pessoa, mas ela foi inadvertidamente cancelada.

Alegou ainda que posteriormente passou a receber cobranças relativas àquela linha, mesmo já cancelada, tendo isso dado causa à sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito pelas rés.

Almeja à declaração de inexistência de tal débito e ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais que experimentou.

As preliminares suscitadas em contestação pela ré não merecem acolhimento.

Isso porque em momento algum a autora sustentou a ocorrência de fraude como causa do débito que lhe foi cobrado e muito menos aventou que isso teria derivado de ilícito criminal.

Despicienda, à evidência, a realização de perícia para solução da lide.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Por outro lado, a petição inicial apresenta relato claro e inteligível, percebendo-se com clareza em que motivos estão fundamentados os pedidos formulados.

Rejeito as prejudiciais arguidas, pois.

No mérito, o documento de fl. 19 respalda a versão da autora dando conta de que em fevereiro de 2009 houve o cancelamento da linha telefônica em apreço.

As rés não impugnaram especificamente esse documento ou o aludido cancelamento da linha e tampouco sustentaram a existência do débito indicado pela autora.

Aliás, sequer explicitaram quais os serviços que teriam dado causa a essa suposta dívida, cristalizada após o cancelamento da linha.

Tocava às rés fazer a prova a esse propósito, seja em virtude do que dispõe o art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, seja porque seria incabível à autora demonstrar fato negativo.

Elas, porém, não se desincumbiram desse ônus, impondo-se em consequência a convicção de que a dívida não tem lastro a sustentá-la e que a negatificação da autora foi irregular.

É o que basta ao reconhecimento de que esta em função do ocorrido sofreu danos morais passíveis de ressarcimento, consoante pacífica jurisprudência sobre o tema:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; REsp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

Todavia, o valor da indenização não haverá de ser o proclamado pela autora, que se afigura excessivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pela autora em seis mil reais.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência da dívida tratada nos autos e para condenar as rés a pagarem à autora a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso as rés não efetuem o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fl. 28.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**